

## ALUNOS SURDOS NA SALA DE AULA REGULAR E AS DIFICULDADES DOS PROFESSORES

Antonio Caubí Marcolino Torres<sup>1</sup>; Rusiane da Silva Torres<sup>2</sup>; Tília Galgane de Oliveira Freire<sup>3</sup>; Maria Adriana de Souza<sup>4</sup>; Maria Rosineide Torres Marcolino<sup>5</sup>

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), caubitorres@hotmail.com;

<sup>2</sup> Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), rusianehistoria@gmail.com;

<sup>3</sup> Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar (FACEP) Polo APODI RN, tiliapodi@hotmail.com;

<sup>4</sup> Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; adrisouza5@hotmail.com;

<sup>5</sup> Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ, rosiapodi@hotmail.com.

### Introdução

A Constituição Federal Brasileira de 1988 trouxe as linhas gerais visando a democratização da educação brasileira. A mesma estabelece o direito de as pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, III). Assim traça o direito da plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade. Trata-se, portanto, de duas questões - o direito à educação, comum a todas as pessoas, e o direito de receber essa educação sempre que possível junto com as demais pessoas nas escolas "regulares".

A questão da inclusão tornou-se, desde início da década de 1990, uma questão mundial, sendo debatida/discutida em vários encontros internacionais, como: Conferência Mundial sobre Educação para todos (1990), realizada em Jomtien, Tailândia; Conferência Mundial de Educação Especial (1994), realizada em Salamanca, Espanha (MITTLER, 2003).

Segundo o documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, "o movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação". (BRASIL, 2007). Nessa perspectiva, a educação inclusiva avança no sentido de se buscar alternativas do verdadeiro significado da palavra inclusão.

A Lei nº 10.436 de 24/04/02 cria a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS que deu a oportunidade de se realizar, em âmbito nacional, discussões relacionadas a comunidade surda e do uso desta língua nos ambientes escolares. Ela explicita que os surdos devem receber educação bilíngue, auxiliado por um intérprete que fica dentro da sala de aula e pelo professor.

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

O conhecimento de libras é extremamente necessário para se conhecer a Cultura Surda. Cultura Surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. (STROBEL, 2008, p.30).

Os alunos com necessidades educacionais especiais têm assegurado na Constituição Federal de 1988, o direito à educação (escolarização) realizada em classes comuns e ao atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, que deve ser realizado preferencialmente em salas de recursos na escola onde estejam matriculados, em outra escola, ou em centros de atendimento educacional especializado. Esse direito também está assegurado na LDBEN - Lei n.º. 9.394/96, no parecer do CNE/CEB n.º. 171 01, na Resolução CNE/CEB n.º. 2, de 11 de setembro de 2001, na Lei n.º. 10.436/02 e no Decreto n.º. 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Dados do Censo de 2010 realizado pelo IBGE, apontam que 9,7 milhões de pessoas têm deficiência auditiva no país. Desses, 2.147.366 milhões apresentam deficiência auditiva severa, situação em que há uma perda entre 70 e 90 decibéis (dB). Cerca de um milhão são jovens até 19 anos.

A dificuldade de lecionar sem dominar Libras e a cultura da comunidade surda ocasiona falhas de comunicação entre professores e alunos com deficiência auditiva e conseqüentemente o aprendizado desses no ambiente escolar. Este trabalho tem o objetivo de refletir sobre as dificuldades dos professores de salas regulares em desenvolverem suas práticas educativas e que respeitem a cultura dos alunos surdos.

## **Metodologia**

A pesquisa foi realizada com uma revisão bibliográfica, em sites, livros e periódicos científicos, sobre a temática e ao mesmo tempo ocorreu uma pesquisa com professores da sala de aula regular com aluna surda na Escola Estadual Professor Gerson Lopes.

Esta escola, da Rede Estadual de Ensino é localizada no município de Apodi - RN, funciona nos turnos manhã e tarde e conta com uma equipe de 27 servidores da educação e com o universo de 295 alunos. Possui uma Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) para atender aos alunos com necessidades especiais. Na sala funciona desde junho do corrente ano, conta com uma turma de aula de libras com 6 alunos, sendo 3 da rede estadual de ensino, onde 1 das alunas estuda na escola e faz parte do foco do nosso trabalho, 2 alunos surdos que já concluíram o ensino médio e não fazem mais parte da rede e o servidor lotado na Sala de Recursos.

Quanto a sua abordagem, este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, tendo em vista que procurou entender os fenômenos resultantes da necessidade de conhecer a linguagem dos surdos pela comunidade escolar. A pesquisa feita com três dos seis professores que lecionam a aluna com surdez, se deu por meio de entrevistas sobre suas práticas pedagógicas.

## Resultados e Discussão

A escola conta com uma Sala de Recursos Multifuncionais para dar suporte aos alunos com necessidades especiais. O projeto do MEC de implantação de SRM nas escolas municipais e estaduais tem como propósito apoiar os sistemas de ensino na oferta do atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar ao processo de escolarização, conforme previsto no inciso V do artigo 8º da Resolução CNE/CEB nº. 2/2001.

Na Sala de Recursos da escola funciona desde junho do corrente ano, aulas de Libras e conta com 02 instrutores que fazem parte do Projeto Interprete e Instrutor de Libras<sup>1</sup> da Rede Estadual de Ensino.

O foco do trabalho foi analisar as dificuldades encontradas pelos professores da sala de aula regular, que lecionam para a aluna surda da escola. Ela participa das aulas de libras na Sala de Recursos. Os professores entrevistados são responsáveis por 04 disciplinas na sala regular da aluna: Ciências da Natureza (Ciências); Ciências Humanas (História e Geografia) e Ensino religioso (Tabela 1).

Tabela 1. Disciplinas lecionadas pelos professores da aluna surda

<b>Identificação</b>	<b>Disciplinas</b>
Professor1	Geografia, Ensino religioso
Professora 1	História
Professora 2	Ciências

Fonte: Dados da pesquisa dos autores

As dificuldades elencadas pelos entrevistados que lecionam para a aluna surda foram: a grande quantidade de alunos ditos "normais", a incerteza da compreensão da aluna surda e o comprometimento na comunicação pelo fato dos professores não estarem preparados para lidar com a surdez no ambiente escolar. Quando perguntados sobre a forma como eles se comunicam com a aluna surda os três professores responderam que se comunicam apenas com sinais domésticos (símbolos esotéricos), por meio de gestos e expressões faciais. Um dos entrevistados afirmou que "é

<sup>1</sup> Desenvolvido pela equipe da Subcoordenadoria de Educação Especial da Secretaria de Educação e Cultura do RN, o projeto tem o objetivo de contribuir para que o estudante surdo matriculado na rede pública estadual tenha maior acessibilidade em termos de comunicação, informação e pedagógico. O projeto visa também contribuir para melhorar a qualidade da relação de ensino-aprendizagem liderada pelo professor.

muito difícil a comunicação, até mesmo quando se utiliza a leitura labial. Nenhum dos professores entrevistados domina Libras.

Vale a pena ressaltar que não é somente a comunicação entre professor e a aluna com surdez que fica comprometida, isso ocorre também com os demais alunos da sala, inclusive durante os trabalhos em grupos ocorrem falhas na comunicação já que os colegas assim como os professores também não dominam a libras. Todos os entrevistados responderam que há pouca interação, um deles justifica que é pelo fato dos surdos serem mais "reservados". Lev Vygotsky na década de 1930 já chamava a atenção para a importância da interação entre a criança e o professor e entre a criança e os colegas em situações de aprendizagem.

Nessa perspectiva Vygotsky, (1998), afirma que a relação professor-aluno não deve ser uma relação de imposição, mas sim, uma relação de cooperação, de respeito e de crescimento, no qual o aluno deve ser considerado como um sujeito interativo e ativo no seu processo de construção de conhecimento. Assumindo o educador um papel fundamental nesse processo, como um indivíduo mais experiente. Por essa razão cabe ao professor considerar também, o que o aluno já sabe sua bagagem cultural e intelectual, para a construção da aprendizagem.

Somente 1 dos 3 entrevistados realizou alguma metodologia que respeite a singularidade cultural do aluno surdo na sala, justificado pelo uso de atividades visuais. Os dois não aplicaram nenhuma metodologia. Esse fator contribui para as dificuldades de comunicação.

Convém enfatizar que no projeto Interprete e Instrutor de Libras tem uma intérprete de libras que faz parte da equipe e que acompanha a aluna surda. A intérprete é um mediadora no processo de comunicação dos surdos com os ouvintes. Nas respostas de um dos entrevistados nota-se que com a chegada da intérprete de libras na escola ajudou significativamente na comunicação com a aluna surda:

*[...] "Percebemos um avanço do aluno com surdez, este tem interagido mais, vejo uma melhoria significativa na assimilação dos conteúdos ele tem conseguido ficar mais situado no ambiente da sala de aula" [...] (Fala da professora I<sup>2</sup>).*

No entanto, a partir das respostas da pesquisa percebe-se que nenhum dos entrevistados realizaram atividades de planejamento com a intérprete de libras. Porém, um deles passa orientações a serem realizadas para a mesma. Mas Kelman, (2005) enfatiza que as diferentes atuações do intérprete possibilitam discussões pedagógicas entre o intérprete e o professor, ressaltando que este pode ser um argumento promotor da inclusão. E percebe-se que essa falta de planejamento junto

---

<sup>2</sup> Decidimos junto aos sujeitos participantes da pesquisa que seus nomes não seriam divulgados, mantendo assim suas identidades resguardadas, por isso, os participantes foram identificados com números.

com a intérprete pode ocorrer em não aproveitamento de todas as possibilidades de trabalho em conjunto visando melhorar as práticas pedagógicas.

Outro fator importante no processo ensino-aprendizagem é a avaliação. Luckesi, (1998) afirma que a maioria das escolas com o ensino regular, utiliza a avaliação como instrumento de classificação, como produto final, e não um processo de aprendizagem, medindo a capacidade e mostrando se o aluno realmente aprendeu ou não o conteúdo proposto pelo professor. No Sistema Educacional Brasileiro o professor tem que colocar uma nota como resultado da aprendizagem. Assim foi perguntado que nota cada um dos professores dariam para a aprendizagem da aluna nas disciplinas em que lecionam. O professor da disciplina de geografia e ensino religioso (professor 1) deu nota 7, A professora de história (professora 1) atribuiu nota 4, ou seja, uma nota baixa e considerada preocupante e a professora de ciências elencou uma nota 5. Se for considerar a média 6 para ser aprovada, o aprendizado da aluna estaria abaixo dessa média. Veja a Tabela 2.

Tabela 2: Nota da aprendizagem da aluna surda

<b>Identificação</b>	<b>Nota</b>
Professor1	7
Professora1	4
Professora2	5

Fonte: Dados da pesquisa dos autores

Quanto às contribuições elencadas pelos entrevistados a serem realizadas pela comunidade escolar, foi proposto que fosse disponibilizado um tempo maior para planejamento de atividades voltadas para a aluna com surdez, de maneira que ela possa participar de forma mais acentuada nas atividades em sala de aula. Os mesmos também sugeriram que fossem desenvolvidas mais atividades em grupos e principalmente que todos os profissionais se engajassem no processo de inclusão da aluna com surdez, além da promoção de capacitação de libras.

## **Conclusões**

A oferta de aula de Libras proporciona mais do que simplesmente aprender a língua dos surdos, mas compreender o seu mundo, sua forma de se comunicar entre os seus (comunidade surda). Entender que apesar de possuímos todos os sentidos, os surdos podem nos ensinar a perceber detalhes antes que nunca tivemos como atentar para os mesmos. Aprender que para falar não necessariamente precisa-se ter voz, pelo fato de existirem outros recursos de comunicação. Nessa perspectiva, visando conhecer a comunidade surda além da oferta de libras na escola para

alunos torna-se necessário a criação de políticas de formação para toda a comunidade escolar visando conhecer a língua para aproveitá-la dentro da dinâmica de produção e melhoria no processo ensino-aprendizagem.

## **Referências**

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007;
- \_\_\_\_\_. **Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)>. Acesso em 26 ago. 2017;
- \_\_\_\_\_. MEC/SEESP. **Manual de Orientação: Programa de Implementação de Salas de Recursos Multifuncionais**. Brasília: 2010;
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução Nº 4: Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília, 2009;
- KELMAN, C. A. **Os diferentes papéis do professor intérprete**. Espaço: Informativo Técnico-Científico, Rio de Janeiro, v. 24, p. 25-30, 2005;
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Verificação ou avaliação: o que pratica a escola?** Série Ideias, n. 8, São Paulo: FDE, 1998;
- STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009;
- VYGOTSKY, L.S. Interação entre aprendizado e desenvolvimento. In: Cole, M.; Scribner, S. e Souberman, E.(org). **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes.1998.